



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			621.158.840,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV)*100	0,121164 %	0,00007 9 %	0, 121242 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<%>	0,334678%		2.078.881,98
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) -<%>	0,317944%		1.974.937,88
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) -<%>	0,301210%		1.870.993,78

FONTE: SIAFI2012/2013 -SRCA/DSAOC/TRT3 - 22/mai/2013 - 14h e 55m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$801.608,85 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$341.023,15
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$10.935.343,60 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$550.274,03.
- Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada R\$141.331,12 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$319.028,88.

Desª DEOCLECIA AMORELLI DIAS
Presidente do Tribunal

ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO
Ordenador de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

ANA RITA GONÇALVES LARA
Chefe do Núcleo de Controle Interno

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.422, DE 27 DE MAIO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo Eletrônico TRT 4ª nº 0001033-43.2010.5.04.0000.

MARIA HELENA MALLMANN

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.003.800,22	3.407,46	1.007.207,68	
Pessoal Ativo	669.698,86	1.605,14	671.304,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	334.101,36	1.802,32	335.903,68	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	307.608,45	1.785,00	309.393,45	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	7.711,75	0,00	7.711,75	
Despesas de Exercícios Anteriores	31.983,53	0,00	31.983,53	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	267.913,17	1.785,00	269.698,17	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	696.191,77	1.622,46	697.814,23	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			621.158.840,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = [(III c/IV) * 100	0,112080%	0,000261%	0,112341%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%			1.485.414,40	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,227179%			1.411.143,68	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,215222%			1.336.872,96	

FONTE: SIAFI - COFIN/SECOF/TRT 4ª Região - 23/mai/2013 - 16hs.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- As despesas liquidadas de auxílio natalidade e auxílio funeral no valor de R\$ 330.875,65 foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 12.695.467,17.
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.344.063,33.
- Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 13.750.578,46.

Desa. MARIA HELENA MALLMANN
Presidente do Tribunal

SANDRO SCHIAVON
Ordenador de Despesas

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Substituto